



Cuiabá-MT, 21,22,23 e 24 de setembro de 2013

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Domingo, 22 de setembro de 2013, 00h00

ATENÇÃO BÁSICA

MT precisa de 322 médicos

[Amanda Alves](#) / Da Redação

Para o Programa de Saúde da Família (PSF) atingir 100% de cobertura em Mato Grosso o poder público precisaria contratar 322 novos médicos. Este é o número de equipes que seriam necessárias para proporcionar atendimento a toda população, inclusive aquelas que possuem planos privados de saúde. Segundo gestores, técnicos de saúde e profissionais, a universalização do serviço da atenção básica no Estado seria um grande desafio, pois mesmo entre os 569 PSFs em funcionamento existe a alta rotatividade e falta de médicos...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Domingo, 22 de setembro de 2013, 00h00

Prevenção é caminho do sucesso

[Da Redação](#)

Há 8 anos, desde a formatura, Werley Peres atua como médico de família e comunidade em Cuiabá. A dedicação de 40 horas semanais ao Programa de Saúde da Família (PSF) e a permanência dele na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) são orientações do médico, que tem a compreensão de que a prevenção é o caminho do sucesso na assistência à saúde. Werley avalia que doenças como a hanseníase, ainda com grande incidência no Estado, poderiam ser diagnosticadas e tratadas antes da evolução se a rede estivesse fortalecida. "Temos hoje uma medicina curativa e não preventiva"...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.



Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Domingo, 22 de setembro de 2013, 00h00

"MAIS MÉDICOS"

Salário e cidade são ponderados

[Amanda Alves](#) / Da Redação

Além das condições salariais, o perfil da cidade pode ser um fator de escolha para o médico. Na avaliação de gestores, este pode ser um dos itens que dificultam o andamento do programa nacional "Mais Médicos", que até o momento encaminhou apenas 3 profissionais para atuar em Mato Grosso, sendo um deles estrangeiro. Um projeto de lei que prevê o Plano de Cargos dos profissionais está em tramitação no Congresso Nacional, mas sem avanços...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Segunda, 23 de setembro de 2013, 00h00

NA CONTRAMÃO

MT não tem doadores e não realiza transplantes

[Thalyta Amaral](#) / Da Redação

Nenhum transplante de órgão foi realizado em Mato Grosso no primeiro semestre deste ano, assim como nenhum órgão foi doado. Os dados, da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO), colocam o estado entre os 4 que não realizaram as cirurgias e em 24º no ranking brasileiro de doadores.

O quadro apenas se repete. Em 2012, os números não foram nada positivos. Foram registrados 75 possíveis doadores de órgãos, apenas 1 doou, mas os órgãos não chegaram a ser transplantados.

O único tipo de transplante realizado aqui é o de tecidos, mais especificamente de córneas, com 112 procedimentos até a última sexta-feira (20). Mesmo entre os 23 estados que realizam transplante de córneas, o número de cirurgias é baixo e Mato Grosso fica em 19º lugar, atrás de Mato Grosso do Sul, Paraíba, Amazonas, Pará, entre outros...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Terça feira, 24 de setembro de 2013

PROGRAMA 24/09/2013 10:39

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Estudantes do Bolsa Família ganham reforço na saúde

Da Reportagem

O Programa Saúde na Escola chegou, neste ano, a 44 mil escolas públicas de todo o país com maioria de estudantes beneficiários do Bolsa Família. Este total representa 55% das 80 mil unidades inscritas em 2013, ampliando o atendimento em 42,3%, em relação ao ano passado. A região Nordeste registrou o maior volume de adesões, com 41 mil de escolas atendidas, sendo 30 mil (69%) tendo maioria de alunos que recebem o programa de transferência de renda coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

“O Saúde na Escola é inovador porque amplia as ações da Atenção Básica à Saúde dentro dessas unidades, além de reforçar a importância das políticas públicas intersetoriais”, avalia o diretor do Departamento de Condicionalidades do MDS, Daniel Ximenes. O programa promove ações de prevenção, promoção, atenção e formação. As atividades são realizadas de forma articulada entre as equipes de saúde básica, gestores da educação e educadores, nos estabelecimentos de ensino.

São realizadas avaliações antropométrica, oftalmológica, de saúde bucal, de verificação vacinal e de audição. No ensino fundamental e médio, os alunos ainda têm contato com iniciativas de prevenção a violência, acidentes e uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas, além de tomar conhecimento sobre direito sexual e reprodutivo.

Articulação – Outra meta do governo federal era garantir a adesão de 30 mil escolas, com maioria de alunos beneficiários do Bolsa Família, simultaneamente no Saúde na Escola e no Mais Educação, que amplia a jornada escolar. O resultado foi alcançado, sendo que 30.616 unidades públicas participam dos dois programas.

“Assim como o Mais Educação, também parceiro do Bolsa Família, o Saúde na Escola é um programa intersetorial por excelência, seguindo objetivos do governo federal em construir políticas intersetoriais que alcancem a melhoria da condição de vida da população brasileira em situação de vulnerabilidade”, destaca o secretário nacional de Renda de Cidadania do MDS, Luis Henrique Paiva.

A adesão ao Saúde na Escola foi realizada pelas prefeituras até agosto passado. Além das 44 mil unidades escolares com mais da metade dos estudantes que recebem o Bolsa, outras 14 mil escolas têm em sua composição, entre 30% e 50% de seus estudantes beneficiários do programa. (Ascom/MDS)



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Fonte: www.midianews.com.br

EQUILÍBRIO / BEM ESTAR & SAÚDE

21.09.2013 | 01h30 - Atualizado em 20.09.2013 | 18h25

Tamanho do texto A- A+

Investimento em cuidado com idosos precisa triplicar até 2050, diz estudo

Organizações alertam para uma epidemia global de Alzheimer

DIVULGAÇÃO

Clique para ampliar 



DA BBC BRASIL

O número de pessoas idosas que precisam de cuidados no mundo todo deve praticamente triplicar em 2050, segundo um estudo divulgado pela organização Alzheimer Disease International.

O número de pessoas nessa situação saltará de 101 milhões para 277 milhões até lá, parte delas também sofrendo demência. Tanto que o relatório reforça o alerta para uma "epidemia global de Alzheimer".

Saúde

O Mal de Alzheimer é a causa mais comum de demência, cujos sintomas incluem perda de memória, mudança de humor, problemas com comunicação e de raciocínio.



De acordo com o estudo, países como Índia e China sofrerão duros golpes, e precisam começar a planejar como lidar com o problemas.

Isso porque mais da metade das mais de 35 milhões de pessoas que sofrem com demência em todo o mundo estão em país de renda média ou baixa, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde).

Segundo o autor do relatório, Martin Prince, professor do Instituto de Psiquiatria do King's College de Londres, "as mudanças sociais e econômicas que estão ocorrendo nesses países vão, inevitavelmente, fazer com que seja reduzido o número de familiares disponíveis para cuidar dos idosos."

"Entre esses fatores está a redução das taxas de fertilidade, o que significam que as pessoas terão menos filhos (para cuidar delas na velhice), e o fato de que as mulheres estão estudando mais e integrando cada vez mais o mercado de trabalho, deixando-a menos disponível para fornecer esse tipo de cuidado."

Apoio maior

O estudo revela ainda que à medida que a população envelhece, o sistema tradicional de cuidar dessas pessoas – feito de maneira informal pela família, amigos e comunidade – vai precisar de um apoio muito maior.

Ainda segundo o relatório, um pouco mais que uma em cada dez pessoas acima de 60 anos precisa de cuidados a longo prazo, tais como ajuda diária em tarefas como tomar banho, alimentar-se, vestir-se e usar o banheiro.

Isso pode ser um fardo para famílias, já que muitos dos parentes que cuidam do idoso precisam deixar o trabalho.

Tratar e cuidar de pessoas com demência custa atualmente 376 bilhões de libras (o equivalente a R\$ 1,3 trilhão por ano), incluindo custos previdenciários, gastos na área de saúde, além da redução de ganhos.

O relatório faz diversas recomendações, como fornecer "gratificações financeiras apropriadas" para cuidadores, profissionais ou familiares.



Também sugere monitorar a qualidade do tratamento tanto em casas de repouso como o fornecido pela comunidade.

Segundo a organização britânica Alzheimer's Society, a demência é a maior crise na área de saúde que o mundo enfrenta atualmente. "Esse relatório é um alerta para governos mundo afora sobre a urgência de se investir mais em cuidado e apoio."

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / PROGRAMA SEMANAL

23.09.2013 | 13h00 - Atualizado em 23.09.2013 | 10h59

Tamanho do texto A- A+

Dilma comemora Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

Presidenta destacou que o governo promove a inclusão de pessoas com deficiência em áreas como saúde e educação

DO G1

A presidente Dilma Rousseff aproveitou seu programa semanal de rádio veiculado na manhã desta segunda-feira para enumerar as principais ações do plano Viver Sem Limite, em meio à celebração do Dia Nacional de Luta das Pessoas Com Deficiência, comemorado no dia 21 de setembro.

'O Viver sem Limite está mudando a vida de muita gente. Com esse programa, estamos garantindo direitos, autonomia e, principalmente, oportunidade às pessoas com algum tipo de deficiência para que elas possam viver com mais liberdade e mais dignidade', afirmou Dilma em seu programa 'Café com a Presidenta'.

Dilma destacou que o governo promove a inclusão de pessoas com deficiência em áreas como saúde e educação. Ao lembrar que o programa, lançado no primeiro ano de seu governo, prevê investimentos até 2014 de R\$ 7,6 bilhões, Dilma ressaltou a construção de 630 mil casas adaptáveis para as pessoas com deficiência dentro do programa Minha Casa Minha Vida, que, neste caso, atinge as pessoas com renda de



até R\$ 1.600,00 por mês.

A presidente também mencionou a linha de crédito especial para a compra dos chamados produtos de tecnologia assistiva para as pessoas com deficiência e ação que prevê o treinamento de cães-guia em centros especializados.

'Esse treinamento é longo, é trabalhoso, mas, quando os cães estão prontos, eles fazem uma diferença enorme na vida das pessoas com deficiência visual. É isso que nós queremos com o Viver sem Limite: melhorar a vida das pessoas com deficiência', afirmou. 'Com as ações nas mais variadas áreas, nós estamos ajudando a reduzir obstáculos, facilitando a convivência e incluindo, na vida social, as pessoas com deficiência', acrescentou.

Fonte: www.midianews.com.br

EQUILÍBRIO / SAÚDE

23.09.2013 | 13h15 - Atualizado em 23.09.2013 | 11h15

Tamanho do texto A- A+

'Cura da Aids deve demorar mais uma década', diz imunologista

Médico diz que diminuição da epidemia vem através de tratamento

DO G1

A ONU divulgou um relatório com novos números da Aids no mundo. Os dados indicam a evolução do número de vítimas do vírus HIV entre 2001 e 2012. Os resultados mostram que situação houve algum avanço no combate à Aids, com forte retrocesso no número de casos no mundo inteiro.

Segundo Orlando Ferreira, professor adjunto da UFRJ e médico imunologista, o principal motivo para a redução é o sucesso na introdução do medicamento que deixam a contaminação mais difícil no mundo todo. "Uma das principais preocupações da Organização Mundial da Saúde no momento é reduzir a taxa de transmissão para diminuir o impacto da epidemia. Se observou que com a introdução dos medicamentos diminuiu o vírus na circulação, o que se traduz diretamente na



diminuição da taxa de transmissão para outras pessoas”, explica o médico.

Orlando Ferreira afirma que a principal estratégia é a diminuição da epidemia através do tratamento, o que torna a doença crônica, ou seja, de controle através do tratamento. “Nos últimos 10 anos houve avanço na maneira como a terapia é fornecida ao paciente. Esse é um avanço importante, porque permite ao indivíduo controlar sua doença sem sofrer o estigma de estar tomando muitos medicamentos”, ressalta o imunologista.

Com relação à cura, o médico acredita que ainda terá que se esperar uma década. “A cura efetiva da Aids não deve chegar na nossa geração”, afirma.

Fonte: www.midianews.com.br

EQUILÍBRIO / CIÊNCIA & SAÚDE

23.09.2013 | 20h15 - Atualizado em 23.09.2013 | 15h03

Tamanho do texto A- A+

Cientistas podem estar 'perto' de vacina universal contra gripe

Avanço em pesquisa pode levar à confecção de uma vacina que proteja contra todos os tipos de gripe

O vírus influenza, causador da doença, é extremamente mutável, fazendo com que vacinas para as gripes sazonais sejam alteradas constantemente.

Mas novos estudos, publicados na revista científica Nature Medicine, levam a crer que, em breve, será possível fabricar uma vacina universal contra a gripe, que mata entre 250 mil e 500 mil pessoas todos os anos.

O vírus influenza é capaz de mudar as proteínas que brotam de sua superfície tão facilmente quanto trocar de roupas.

No entanto, o material localizado no seu interior é comum a várias de suas mutações, levando os cientistas a acreditar que concentrar no núcleo do vírus pode ser a chave para desenvolver a vacina universal.



Pandemia

Acredita-se que uma parte específica do sistema imunológico, conhecida como células-T, seja capaz de reconhecer as proteínas que habitam o centro do vírus.

Para examinar como essas células-T reagem diante da presença do vírus, pesquisadores do Imperial College, de Londres, analisaram 342 funcionários e estudantes que contraíram gripe suína, que provocou uma pandemia em 2009.

Eles estimam que ter se deparado com a "casca" do novo vírus deve ter sido uma experiência completamente diferente para o sistema imunológico, mas acreditam que o material localizado no seu núcleo não deve ter causado espanto às defesas do corpo humano.

A equipe analisou os níveis de um tipo de células-T no início da infecção dos pacientes analisados e constatou que quanto mais células-T eles tinham, mais amenos eram os sintomas.

Os pesquisadores então isolaram a parte do sistema imunológico que oferecia algum tipo de proteção à pandemia e a parte do vírus que estava sendo atacada, provavelmente comum a várias de suas mutações.

"Esta é a base para uma vacina", afirmou à BBC Ajit Lalvani, líder da pesquisa.

"Nós agora conhecemos exatamente o subgrupo do sistema imunológico que defende o organismo e identificamos os fragmentos-chave no núcleo do vírus que são atacados. Eles devem ser incluídos em uma vacina".

"Se este for realmente o caso, estamos a cinco anos de fabricar uma vacina. Temos o conhecimento, sabemos o que tem de estar nela e agora temos de seguir adiante".

Desafios

A futura vacina seria diferente de outras, como a tríplice administrada contra



sarampo, rubéola e caxumba, em que o sistema imunológico é induzido a produzir anticorpos para atacar o invasor.

No caso de uma vacina universal contra gripe, o corpo seria estimulado a produzir altos níveis de células-T.

Mas há desafios. Os pesquisadores admitem que pode ser mais difícil desenvolver este tipo de vacina do que os que estimulam a produção de anticorpos.

A grande questão será conseguir que o sistema imunológico produza um número de células-T grande o suficiente para criar uma resposta duradoura.

O professor John Oxford, da Queen Mary University, em Londres, está cético em relação à criação de uma vacina universal.

"Seu efeito não poderá ser tão poderoso. Não vai resolver todos os problemas de pandemias de gripe, mas pode se somar às opções atuais de vacinas", avalia.

É um longo caminho até que esse estudo seja traduzido em uma vacina que funcione", opina.

Fonte: www.midianews.com.br

EQUILÍBRIO / "MAIS MÉDICOS"

24.09.2013 | 10h30 - Atualizado em 24.09.2013 | 10h14

Tamanho do texto A- A+

Ministério da Saúde diz que conselhos atrapalham início dos trabalhos

Conselho Federal de Medicina se defende e critica coordenação do programa Mais Médicos

DO R7



O início dos trabalhos dos médicos estrangeiros no SUS (Sistema Único de Saúde), previsto para esta segunda-feira (23), está comprometido porque a maioria dos profissionais ainda não conseguiu o registro provisório. Dos 633 pedidos efetuados, apenas 87 foram liberados até o momento pelos conselhos regionais de medicina. O Ministério da Saúde afirma que os órgãos da classe médica estão fazendo mais exigências do que o previsto em lei — o que atrapalha o processo de registro e, portanto, o reforço dos estrangeiros no atendimento da rede pública.

"A concessão de registros tem sido prejudicada por exigências dos conselhos além daquelas elencadas na MP [medida provisória] que criou o programa Mais Médicos", diz a nota do Ministério da Saúde enviada ao R7. Segundo o ministério, não há "previsão legal" para os conselhos cobrarem documentos que estão fora da lista da AGU (Advocacia Geral da União).

O parecer da AGU, publicado dia 16 de agosto, determina que os documentos que o candidato a médico, vindo do exterior, deve apresentar são: declaração de participação no Mais Médicos; formulário da coordenação do programa com foto; cópia de documento original com nome, nacionalidade, filiação, data e local de nascimento; cópia da habilitação profissional para o exercício da medicina; e cópia de diploma emitido por instituição de ensino superior estrangeira.

Até agora, os registros profissionais foram aprovados para 28 médicos que vão atuar na Bahia; 29, no Ceará; 19, no Rio Grande do Sul; e 11, em Pernambuco.

Segundo o Ministério da Saúde, os conselhos de medicina devem cumprir o prazo máximo de duas semanas para o registro provisório do Mais Médicos. No sábado, expirou o prazo de 165 pedidos. No entanto, 78 ainda não foram entregues pelos conselhos regionais de medicina. Nesta terça-feira (24), termina o prazo para a emissão de mais 115 registros.

Demora do Ministério da Saúde

O CFM (Conselho Federal de Medicina) nega que esteja atrasando o início do trabalho dos médicos estrangeiros. Segundo o conselho, cerca de 80% dos pedidos de registro ainda estão dentro do prazo. Em nota enviada ao R7, o órgão informa



que o próprio Ministério da Saúde demora para enviar os dossiês dos médicos estrangeiros que devem ser analisados pelos conselhos regionais de medicina.

O conselho ressalta que não é viável expedir o registro profissional sem a análise completa de todos os requisitos legais. As informações que são solicitadas pelo CFM visam "à segurança dos pacientes e à defesa do exercício ético [dos médicos] em parâmetros do desempenho ético da profissão".

Sobre as "exigências" a mais criticadas pelo Ministério da Saúde, o CFM afirma que o problema é da própria coordenação do Programa Mais Médicos. A nota do conselho informa que o Ministério da Saúde enviou documentos com "inconsistências" e que exigem "ajustes".

— Os [médicos] que não receberam [o registro] ainda é porque possuem dossiês que não atendem às exigências legais da própria medida provisória. Exemplos: diplomas sem timbre da embaixada brasileira do país onde foram emitidos, formulários com erros de preenchimento etc. Essas inconsistências foram informadas aos intercambistas e ao governo para solução. Quando tudo estiver pronto, os documentos serão reavaliados. Esse cuidado é importante para que a lei seja cumprida.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / RESULTADO

24.09.2013 | 11h30 - Atualizado em 24.09.2013 | 10h30

Tamanho do texto A- A+

Sinfra destrava obras da Saúde e prepara novas licitações

Três executoras de obras, que já haviam sido notificadas, tiveram a ordens de serviços suspensas pelo Município

Prefeitura Municipal de Rondonópolis



Assim que assumiu a Secretaria de Infraestrutura do Município – Sinfra, no início de agosto, Argemiro Ferreira tomou como missão o pedido do prefeito Percival Muniz de destravar as obras que estavam ‘paradas’ no Município. Dividiu para isto, assessores em esferas – Saúde, Educação e outras secretarias. No caso do primeiro setor, as situações burocráticas que congelavam obras de PSFs e outras unidades estão todas vencidas, segundo o assessor do gabinete de Argemiro, Fred Milhomem Siqueira.

Três executoras de obras, que já haviam sido notificadas, tiveram as ordens de serviços suspensas pelo Município. “Fizemos a medição do que eles já haviam executado para ser feito o pagamento. A partir disto será feito o distrato (recisão de contrato) e em um prazo de 30 dias pretendemos ter uma nova licitação pronta e outra empreiteira tocando as obras”, explicou Fred.

Os três PSFs que terão em breve uma nova empresa tocando suas obras são o do Pedra 90, Jardim Morumbi e Vila Rica. Além destes, estão sendo construídas unidades do Programa de Saúde da Família na Vila Cardoso e Margarida. Fred comenta que outros PSFs que estavam sendo reformados também foram alvos de visitas e os empreiteiros explanaram a situação para a equipe da Sinfra.

“Temos obras que estão sendo executadas em bom ritmo no Jardim Assunção, Primavera, Parque São Jorge e Jardim Iguaçu. No Cidade de Deus, havia uma antiga creche que está sendo adequada para ser um PSF e realmente a obra estava paralisada. O secretário sanou problemas orçamentários com a empresa responsável e os executores se comprometeram que até o começo do próximo mês devem finalizar a obra”, informou Fred.

Outras duas obras específicas, consideradas de grande importância para a saúde pública local e que também tinham impasses tiveram seus nós desatados, conforme afirma o assessor de Argemiro. “O Caism, que é a Clínica da Mulher, já havia sido licitado, a empresa vencedora iria começar a reforma quando foi detectado internamente no prédio um problema muito maior, que ultrapassava inclusive os limites de um orçamento. Nossa equipe fez um novo levantamento, foi cancelada a primeira licitação, e dentro de 30 dias devemos ter uma nova empreiteira definida para receber a ordem de serviço e recomeçar as obras. O prazo para a entrega,



estipulado pela pasta é até o fim do ano”, ressaltou, lembrando posteriormente que a obra da Unidade de Pronto Atendimento - UPA foi outro obstáculo já sanado.

No caso da unidade que está sendo construída anexa ao Pronto Atendimento (P.A.) e que deve aumentar e modernizar a capacidade de pronto socorro da saúde pública rondonopolitana, havia divergências entre levantamentos técnicos da Secretaria da Saúde com o que estava projetado para ser construído. “Nós recebemos um relatório da Secretaria de Saúde, onde foram apontadas as questões e o que precisava ser refeito no projeto original, entre alterações elétricas, hidráulicas e de outros departamentos. Tudo isto foi anexado e o projeto foi refeito para atender as necessidades técnicas para o credenciamento da UPA junto ao Ministério da Saúde. Agora a empreiteira pode executar o serviço até a obra ficar pronta. Está sendo feita uma verdadeira força tarefa para que mais essa Unidade seja entregue até o aniversário do município”, finalizou Fred.

Fonte: www.24horasnews.com.br

23/09/2013 19:12:00

Unidades Básicas de Saúde de Várzea Grande serão reformadas a pedido de vereadora

Assessoria

A- A A+

A vereadora de Várzea Grande, Sumaia Leite (PRB) informou na tribuna da última sessão na Câmara que todas as Unidades Básicas de Saúde do município passarão por reformas. A parlamentar informou ainda, que esteve “in loco” com sua equipe para verificar as necessidades de cada unidade.

“Primeiramente o município precisa iniciar uma reforma estrutural. Segundo ponto, precisa-se de uma capacitação dos funcionários, porque a maioria dos servidores da Saúde entra e nunca lhe é oferecido uma capacitação por parte da prefeitura. E, como servidora efetiva, sou prova de que nunca recebi uma reciclagem profissional”, disse Sumaia.

Ainda de acordo com a parlamentar, existe na prefeitura uma Comissão de Educação Continuada, que visa capacitar os servidores públicos, no entanto, a proposta de capacitação ao funcionário somente está no papel. Segundo



Sumaia, o cargo de vereadora permite que ela hoje tenha acesso aos documentos e planilhas do orçamento da prefeitura - e se deparou que nas gestões anteriores existiam recursos alocados para a Educação Continuada dos servidores, porém, nunca participou nem teve conhecimento destas capacitações.

“Observei que vários recursos foram destinados para a Educação Continuada, na gestão passada. E sou testemunha de que nunca recebi nenhuma capacitação da prefeitura”.

Sumaia procurou a secretaria de Saúde para indicar as reformas nas Unidades de Saúde Básica, e segundo ela, a secretária Jaqueline Guimarães, se comprometeu que no máximo em 20 dias, as reformas já estarão programadas para acontecer. “Essa medida irá melhorar o atendimento básico e diretamente propiciar melhorias nas condições de atendimento do Pronto-Socorro”, finalizou.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Sábado, 21 de setembro de 2013, 09h17

Tamanho do texto [A-](#) [A+](#)

MAIS MÉDICOS

Apenas 11% dos médicos vindos do exterior recebem registro provisório

Ao todo, 681 profissionais vieram ao país para trabalhar no Mais Médicos.

PORTAL G1

Às vésperas do primeiro dia de trabalho dos médicos formados no exterior no programa Mais Médicos, previsto para a próxima segunda-feira (23), 10,8% dos 681 aprovados para atuar no interior e periferias das grandes cidades receberam o registro provisório, que permite exercer a profissão no país.

Levantamento feito por jornalistas do G1 em todos os estados aponta que foram concedidos pelos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) 74 registros provisórios. O prazo dado pelo Ministério da Saúde para que os conselhos regionais emitam as licenças aos profissionais do Mais Médicos terminou às 18h desta sexta-feira (20).

O governo federal tinha a expectativa de que todos os 681 profissionais conseguissem o registro ainda nesta sexta, já que o Conselho Federal de Medicina (CFM) autorizou os registros provisórios dos profissionais com diploma estrangeiro do Mais Médicos.

A decisão foi tomada após a Advocacia-Geral da União (AGU), em processo na Justiça do Rio Grande do Sul, ter manifestado o entendimento de que o governo deve enviar aos CRMs informações sobre o endereço de trabalho e os nomes dos tutores e supervisores



de cada um dos médicos estrangeiros inscritos, dados que vinham sendo exigidos pelos conselhos regionais. No entanto, os CRMs pelo país reagiram de formas variadas à orientação.

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a liberar os registros provisórios. Nesta quinta-feira, 19 profissionais receberam o registro e já podem atuar a partir da próxima semana no programa do governo federal.

Bahia, Ceará, Paraíba e Rondônia seguiram a mesma recomendação e também concederam o documento aos profissionais do Mais Médicos.

Pernambuco e Tocantins prometeram liberar os registros na próxima segunda-feira, alegando que ainda estão dentro do prazo de análise dos dados de profissionais estrangeiros que foram enviados aos conselhos pelo governo federal.

REGISTROS NÃO CONCEDIDOS

Já os demais estados não concederam nenhum registro, alegando que há informações inconsistentes sobre a vida profissional dos médicos que necessitam ser esclarecidas. O Conselho Regional do Estado de São Paulo (Cremesp), por exemplo, não liberou os registros provisórios aos 55 médicos aprovados para trabalhar no estado e listaram vários problemas encontrados na documentação enviada ao órgão.

Entre as irregularidades apontadas pelo Cremesp estão a tradução simples de diplomas expedidos em língua estrangeira, como alfabeto cirílico ou árabe, a ausência de declaração demonstrando que o candidato possui habilidades para falar português e de outros documentos que, segundo a entidade médica, são importantes para avaliar o profissional.

"Não se trata de boicote. (...) Analisamos o 55 protocolos e respondemos ao governo pedindo que ele nos esclareça sobre a autenticidade e veracidade dos documentos. Nós temos o maior rigor para dar registro. Quando nos pedem avaliação, temos responsabilidade sobre isso", explicou Renato Azevedo Junior, presidente do Cremesp.

No Rio de Janeiro, o Cremerj afirmou que só vai emitir os registros após o cumprimento de três exigências: que os médicos estrangeiros forneçam o endereço da clínica onde trabalharão no estado; o nome do supervisor deles; e que apresentem uma carta feita por cada um deles garantindo o domínio da língua portuguesa para atuarem em território brasileiro.

O Ministério da Saúde divulgou nota na noite desta sexta informando que "não há qualquer acordo do governo federal com o CFM para alterar o rol de documentos e informações para concessão dos registros aos profissionais estrangeiros que participam do programa Mais Médicos".

A nota informa ainda que "informações sobre tutoria, supervisão e municípios de treinamento em serviço dos médicos serão tornadas públicas, mas não podem ser exigidas para a concessão de registro, pois não há previsão para isso em Lei ou em sua regulamentação".



Fonte: www.hipernoticias.com.br

Tamanho do texto A- A+

Segunda, 23 de setembro de 2013, 09h20

ÁGUA BOA

Estado deve fornecer UTI a paciente após decisão judicial

Paciente sofreu acidente automobilístico e está internado no hospital regional precisando de cuidados neurológicos

DA REDAÇÃO

O Estado deve prestar atendimento adequado e gratuito a um paciente de Água Boa que sofreu acidente automobilístico e está internado no hospital regional da cidade precisando de cuidados neurológicos especializados.

A decisão é do juiz Anderson Gomes Junqueira, da Comarca de Água Boa, que condenou o Estado a transferir o paciente por meio de UTI aérea a uma unidade hospitalar equipada com Unidade de Tratamento Intensivo, bem com prestar todo o tratamento médico necessário ao restabelecimento do paciente.

A transferência foi recomendada pela própria administração do hospital, entretanto o Estado afirmou que a prestação de serviço sem observância dos programas de saúde pública causa desequilíbrio ao sistema, pois beneficia um paciente em detrimento de outros. Ressaltou ainda que o tratamento acessório ou complementar, que tem por objetivo trazer mais conforto ao paciente, não é contemplado nos programas a fim de evitar que falte o essencial.

Na decisão Junqueira discordou da posição do Estado afirmando que é "inadmissível que a administração pública se escuse aos seus deveres legais alegando, eventualmente, escassez de recursos, matéria onde se aplica a discricionariedade administrativa, ausência de submissão do caso concreto à análise do médico regulador e muito menos ofensa ao princípio da universalidade. Aliás, destaco que o beneficiário, na hipótese dos autos, está acobertado pelo princípio da universalidade, tendo pleno direito a todo procedimento médico e tratamento adequado às suas necessidades, prescrito por médico que, aliás, é médico do próprio Estado".

O magistrado ainda registrou que constantemente vê veiculação de material publicitário do Governo do Estado sobre as obras da "Copa do Mundo Fifa 2014" e sempre se pergunta "por que este dinheiro gasto com a desnecessária publicidade institucional não é usado para a saúde? Como o juízo de conveniência/oportunidade da administração não pode ser controlado pelo Judiciário, deixo para a população responder à pergunta acima na próxima eleição".

(Com informações da Assessoria)



Fonte: www.issoenoticia.com.br

COTIDIANO / CONSCIENTIZAÇÃO

Terça, 24 de setembro de 2013, 10h07

Aberta Campanha de Descarte Correto de Medicamento

No saguão de entrada da AL, constam duas urnas para o recolhimento dos remédios e um banner de orientação sobre a campanha

DA REDAÇÃO

O Programa Qualivida, da Superintendência de Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa, abriu a Campanha "Descarte de Medicamentos", com objetivo de orientar a sociedade a não jogar no lixo comum, remédios vencidos e que não estão sendo mais usados. No saguão de entrada da AL, foram disponibilizadas duas urnas para o recolhimento do material e um banner sobre a campanha. O servidor, Raphael Teixeira Pansiere, explica que numa das urnas o cidadão deve colocar os medicamentos vencidos e na outra, os que não estão usados. A campanha permanecerá na Casa durante 30 dias e dependendo da aceitação será prolongada por um mês.

“Quando surge um problema de saúde, às vezes é receitado que você tome 21 comprimidos, mas existem medicamentos em que a caixa só é vendida com 30, então se sobram nove. Por que não doar esse remédio para quem não tem condições de comprar?” Raphael explica que ao final da campanha, profissionais de saúde irão fazer uma triagem da medicação coletada para em seguida doar para entidades carentes.

O vice-presidente do Sindicato dos Farmacêuticos de Mato Grosso (Sinfar), Alexandre Magalhães, alerta que o descarte de medicamento incorreto causa grande risco ao meio ambiente e que, conscientes disso as farmácias contratam empresas especializadas para fazer o recolhimento, porém a população tem pouca informação sobre o que fazer com os fármacos. Ele diz que é possível tomar medidas simples para diminuir o desperdício.



“Os pacientes devem prestar atenção à data de validade dos medicamentos durante a compra, conservá-los de maneira correta para evitar perdas por degradação. Antes de comprar, deve-se avaliar a real necessidade de utilização, em geral, não temos necessidade de consumir tantos fármacos como a população brasileira consome”, orienta.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informa que vários fármacos são altamente nocivos ao meio ambiente. Os antibióticos geram bactérias multirresistentes que causam infecções de difícil tratamento; os hormônios na água podem causar alterações hormonais em peixes e animais, que ingerem estes fármacos através da água contaminada e, conseqüentemente, atingem também o ser humano, através de alimentos e água contaminados. Ao infectar o meio ambiente, os medicamentos descartados inadequadamente entram na cadeia alimentar e as conseqüências são imprevisíveis.

Além do Sinfar, são parceiros da campanha a Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar) e o Conselho Regional de Farmácia (CRF/MT). Na Assembleia, tramitam algumas propostas de alerta sobre os riscos ambientais causados pela eliminação incorreta de remédios.

Fonte: www.issoenoticia.com.br

BRASIL / SAÚDE

Terça, 24 de setembro de 2013, 11h00

Subcomissão apresenta hoje relatório sobre doenças relacionadas à pobreza

Entre as propostas do grupo está a inclusão dos portadores dessas doenças nos programas de distribuição de renda

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS

Divulgação



A subcomissão especial criada para analisar as ações de governo no combate às doenças relacionadas à pobreza apresenta o relatório final hoje, às 17h30, no Plenário 15. Entre as propostas do grupo está a inclusão dos portadores dessas doenças nos programas de distribuição de renda.



Relatório mostra as doenças causadas pela pobreza

“No debate com os órgãos de saúde e assistência social ficou

patente que há a necessidade premente de que o cadastro dos beneficiados do Programa Brasil Sem Miséria seja confrontado com os registros de pacientes das diversas moléstias que guardam relação com a pobreza”, aponta o relatório preliminar.

Os integrantes do colegiado explicam que doenças como tuberculose, hanseníase e esquistossomose atingem principalmente a população em situação de extrema pobreza, com impacto direto na qualidade de vida e na oportunidade de trabalho e renda das famílias.

O colegiado também propõe a concessão de benefícios, como cesta básica e vale transporte, durante o período de tratamento. No caso da tuberculose e da hanseníase, por exemplo, o tempo de tratamento é de no mínimo seis meses, exigindo deslocamentos até a unidade de saúde e fortes efeitos colaterais.

Vinculada à Comissão de Seguridade Social e Família, a subcomissão foi criada em março deste ano. O relator é o deputado Antônio Brito (PTB-BA) e a presidente, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ).



Fonte: www.issoenoticia.com.br

JURÍDICAS / DECISÃO

Segunda, 23 de setembro de 2013, 09h00

Estado deve fornecer UTI móvel a acidentado

Hospital de Água Boa recomendou transferência do paciente, mas Estado se recusou

DA REDAÇÃO

O Estado deve prestar atendimento adequado e gratuito a um paciente de Água Boa que sofreu acidente automobilístico e está internado no hospital regional da cidade precisando de cuidados neurológicos especializados. A decisão é do juiz Anderson Gomes Junqueira, da Comarca de Água Boa, que condenou o Estado a transferir o paciente por meio de UTI aérea a uma

Divulgação



Juiz Anderson Gomes Junqueira

unidade hospitalar equipada com Unidade de Tratamento Intensivo, bem com prestar todo o tratamento médico necessário ao restabelecimento do paciente.

A transferência foi recomendada pela própria administração do hospital, entretanto o Estado afirmou que a prestação de serviço sem observância dos programas de saúde pública causa desequilíbrio ao sistema, pois beneficia um paciente em detrimento de outros. Ressaltou ainda que o tratamento acessório ou complementar, que tem por objetivo trazer mais conforto ao paciente, não é contemplado nos programas a fim de evitar que falte o essencial.

Na decisão Junqueira discordou da posição do Estado afirmando que é “inadmissível que a



administração pública se escuse aos seus deveres legais alegando, eventualmente, escassez de recursos, matéria onde se aplica a discricionariedade administrativa, ausência de submissão do caso concreto à análise do médico regulador e muito menos ofensa ao princípio da universalidade. Aliás, destaco que o beneficiário, na hipótese dos autos, está acobertado pelo princípio da universalidade, tendo pleno direito a todo procedimento médico e tratamento adequado às suas necessidades, prescrito por médico que, aliás, é médico do próprio Estado”.

O magistrado ainda registrou que constantemente vê veiculação de material publicitário do Governo do Estado sobre as obras da “Copa do Mundo Fifa 2014” e sempre se pergunta “por que este dinheiro gasto com a desnecessária publicidade institucional não é usado para a saúde? Como o juízo de conveniência/oportunidade da administração não pode ser controlado pelo Judiciário, deixo para a população responder à pergunta acima na próxima eleição”.

Fonte: www.odocumento.com.br

Política

Assembleia entrega denúncia de desvios milionários na Saúde de MT ao MPF

23/09/2013 - 16h00

A- A+



Da Redação

Após a última convocação da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, prevista para o dia 2 de outubro, em que ainda deve ser confirmada a presença do Coordenador de Contratos da Secretaria Estadual de Saúde (SES), Jorge Lafetá, o presidente da Comissão, deputado estadual Azambuja (PP), afirma que será produzido um relatório acerca da denúncia apresentada pelo deputado federal Pedro Henry (PP) que será encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF). Até o momento, a SES não forneceu os documentos citados pelo atual secretário Mauri Rodrigues, que confirmariam a aplicação dos recursos.



Azambuja explicou que depois da convocação de Lafetá que coordena os contratos com as Organizações Sociais de Saúde (OSS), será produzido um relatório através da Comissão de Saúde, que será encaminhado ao MPF. Questionado se a SES não encaminhar documentos, terá como produzir o relatório, Azambuja diz que sim. Mauri Rodrigues tem 30 dias para encaminhá-los, prazo que se encerra no dia 4 de outubro, após oitiva com Lafetá.

“Se não encaminharam os documentos, vou entender que não tem documento nenhum, o Mauri disse que pode investigar, então, porque não encaminhou os documentos? Assim, vamos entender que não existe documento algum, e que ele mentiu. Faremos o relatório com os documentos apresentados pelo Henry e pela OSS de Sinop”, disse Azambuja.

O ex-secretário de Saúde e deputado federal Pedro Henry apresentou denúncia com documentos à Comissão de Saúde, de que ocorreriam desvios desde 2012, na ordem de R\$37 milhões. Conforme Henry, o desvio é referente aos recursos encaminhados pelo Ministério da Saúde para investimento e custeio no atendimento de alta e média complexidade.

Mensalmente são repassados pelo Ministério da Saúde R\$66 milhões/ano para investimentos em três unidades, sendo Hospital de Sinop, Alta Floresta e Várzea Grande. O desvio seria referente ao município de Sinop, sendo que o acordo é de que o Ministério repassa R\$5,6 milhões/mês e o governo do Estado é responsável pela contrapartida de 30% para se chegar ao valor de R\$8 milhões/mês. Até o momento, com os depoimentos e documentos colhidos, ainda não foi especificado onde está a contrapartida do Estado.

No que concerne ao Hospital de Sinop, seriam repassados R\$1,5 mi/mês até abril de 2013, para que o governo repassasse R\$7,9 milhões que seriam utilizados para adequações e reformas, em três parcelas de R\$2,6 milhões, sendo que apenas a primeira parcela e com valor de R\$2,1 mi, foi repassada. Com isso, a reforma não foi concluída e a unidade continua a receber o valor de R\$1,5 mi, sendo que desde abril já deveria estar recebendo R\$3,45 milhões/mês.

O secretário Mauri Rodrigues foi convocado e ouvido na Comissão de Saúde, mas não apresentou documentos que comprovassem o investimento dos recursos. Em duas horas de reunião, e com ânimos exaltados, o secretário alegou que os recursos não seriam investidos na unidade por não estar em pleno funcionamento, e que teriam sido repassados para outras unidades, sendo que não apontou quais seriam.

Por outro lado, o gestor da Fundação Santo Antonio que dirige o Hospital de Sinop, Wellington Arantes, também foi ouvido pela Comissão de Saúde, e afirmou que sem receber os recursos e também equipamentos adquiridos pela SES, não teria como abrir o hospital. Arantes forneceu documentos e até relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que destaca que a SES estaria dificultando o trabalho da OSS.



Fonte: www.odocumento.com.br

Nacional

61 médicos estrangeiros recebem registro provisório no Mais Médicos

23/09/2013 - 15h37

A- A+

UOL

Pelo menos 61 profissionais com diploma estrangeiro participantes do Mais Médicos receberam, até agora, registros provisórios e estão aptos a começar a atuação no programa, segundo informação de conselhos regionais de Medicina (CRMs). O número corresponde a menos de 10% do total de 670 aprovados durante a primeira etapa.

De acordo com informações obtidas pela Agência Brasil com os CRMs, entre os registros concedidos, 19 foram liberados nesta segunda-feira (23) no Rio Grande do Sul. Além disso, foram concedidos 30 na Bahia e 12 no Ceará. Foi ouvido também o conselho regional da Paraíba, onde não houve, ainda, liberação de registro.

Está prevista para segunda ou terça-feira (24) a concessão de mais 17 registros no Ceará e dez na Paraíba, de acordo com os CRMs. O Ministério da Saúde confirmou apenas 39 liberações (12 no Ceará e 27 na Bahia) e disse, por meio de sua assessoria, que um novo balanço deve ser divulgado até o fim do dia.

A pasta não informou ainda quando os médicos vão iniciar atendimento em cada município para onde foram designados. Inicialmente, os profissionais começariam a atuar no dia 16 de setembro, mas a pasta adiou para esta segunda-feira (23), devido ao impasse com entidades médicas.

Desde o anúncio da vinda de médicos formados no exterior sem necessidade de revalidação do diploma, essas instituições anunciaram que não registrariam os profissionais, alegando que a legislação brasileira exige que passem pelo Exame Nacional de Revalidação de Diplomas (Revalida).

Para as entidades médicas, a não revalidação do diploma deixa a população sem garantia da qualidade dos profissionais. Em vários Estados brasileiros, médicos foram às ruas no mês de julho para protestar contra o programa.



Clipping Saúde em Foco



Já o Ministério da Saúde argumenta que a dispensa do exame é uma forma de evitar a concorrência dos médicos estrangeiros incluídos no Mais Médicos com os brasileiros, na medida em que, se tivessem o diploma validado, poderiam trabalhar onde quisessem e não apenas com autorização exclusiva para atuar na periferia das grandes cidades e em municípios do interior.